



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de**
2 **Campinas realizada aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e**
3 **quatorze.** Estavam presentes os conselheiros e as conselheiras municipais de
4 saúde, além de convidados e convidadas, conforme lista de presença anexa,
5 devidamente assinada e que faz parte desta ata. O **Sr. Paulo Tavares Mariante**,
6 Presidente do Conselho Municipal de Saúde, deu início à reunião às 19h00
7 dando as boas vindas aos presentes. Em seguida promoveu a leitura da ordem
8 do dia: **1- Informes; 2- Ata da reunião extraordinária de 14 de maio de 2014;**
9 **3- Centro de Referência da Saúde do Trabalhador - CEREST; 4- Plano de**
10 **Ações e Metas da Vigilância em Saúde 2014-2017; 5- Termo de Aditamento**
11 **ao Convênio nº 75/11, firmado com a Fundação Síndrome de Down.** Em
12 seguida o **Sr. Mariante** propôs que fossem dados três informes na parte inicial
13 da reunião e os demais, se houvessem, seriam dados após os outros itens da
14 pauta, o que foi aceito pelo pleno. **1- Informes. 1.1. Prontos Atendimentos.** A
15 **Sra. Carmen**, enfermeira do PA Centro e do Movimento PAs em Luta, informou
16 das ações que o Movimento tem empreendido, como: distribuição de uma carta
17 aberta à população, ato público e passeata no dia 28 de maio pp, que contou
18 com a participação de 400/500 pessoas. Relatou sobre uma reunião com
19 representantes dos PAs com o Secretário Municipal de Saúde Dr. Cármino, na
20 qual foram relatados os problemas e a situação de cada PA e cobradas
21 imediatas providências na melhora substancial das estruturas e condições de
22 trabalho, inclusive com a contratação de mais recursos humanos, para que possa
23 ser dado ao cidadão e a cidadã, usuários do SUS, um atendimento digno. **1.2.**
24 **Saúde Mental - Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira.** A **Sra. Mei**,
25 representante dos trabalhadores do Cândido, fez a leitura de uma "Carta Aberta
26 dos Trabalhadores à População" sobre o convênio da Prefeitura de Campinas e
27 aquele serviço, na qual é manifestada a indignação com o descaso da atual
28 administração municipal, em relação aos serviços de saúde mental deste
29 município e colocados os objetivos da luta dos trabalhadores, que são: 1- Evitar
30 demissões; 2- Dizer não ao corte de recursos e o sucateamento dos serviços; 3-
31 Contratar mais trabalhadores para Saúde Mental no SUS Campinas; 4- Abrir
32 mais serviços de saúde mental por toda a cidade; 5- Garantir nossos direitos



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



33 trabalhistas; 6- Não à saída dos prédios públicos dos Serviços Cândido. A **Sra.**
34 **Cleusa**, representando o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira leu um
35 documento onde são feitos alguns esclarecimentos sobre as negociações para a
36 prorrogação do Convênio 74/12. **1.3. XVIII Plenária Nacional dos Conselhos de**
37 **Saúde Ampliada.** O conselheiro **Sr. Gerardo**, que representou o Conselho
38 Municipal de Saúde na XVIII Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde
39 Ampliada, deu o informe do encontro realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de
40 maio deste ano, cujo tema central foi: 25 anos do SUS "avanços e desafios para
41 o controle social". Os objetivos da Plenária foram: avaliar a situação da saúde no
42 contexto dos 25 anos do SUS; debater e reafirmar o SUS como sistema
43 universal, público e de qualidade; ampliar a participação popular e mobilizar a
44 sociedade em defesa do SUS; fortalecer o controle social da saúde. Foi
45 encaminhado, pela XVIII Plenária Nacional, que os Conselhos Municipais de
46 Saúde promovessem, ainda neste ano, plenárias municipais de conselheiros (as)
47 de saúde. Dando continuidade à pauta, passou-se ao item **2- Ata da reunião**
48 **extraordinária de 14 de maio de 2014.** Encaminhada à votação, pelo **Sr. Paulo**
49 **André**, a ata foi aprovada pela maioria dos (as) conselheiros (as) , com 4
50 (quatro) abstenções. **3- Centro de Referência da Saúde do Trabalhador.** O **Sr.**
51 **Alexandre**, coordenador da área técnica de saúde do trabalhador/DEVISA e
52 coordenador do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador - CEREST, fez
53 uma apresentação na qual explanou sobre: 1. "Situação atual da saúde do
54 trabalhador (âmbito nacional)", com: 2.732 (duas mil setecentos e trinta e duas)
55 mortes por ano, 1 (uma) morte a cada 3 (três) horas, 423 (quatrocentos e vinte e
56 três) mil acidentes típicos por ano, 4 (quatro) acidentes a cada 5 (cinco) minutos.
57 2. "Situação atual da saúde do trabalhador (região de Campinas)", com o
58 seguinte quadro sobre acidentes de trabalho graves e fatais entre 2005 - 2014:
59 Campinas - 1172 casos e 74 óbitos; Americana - 698 casos e 28 óbitos;
60 Hortolândia - 31 casos e 3 óbitos; Nova Odessa - 30 casos e 3 óbitos; Valinhos -
61 28 casos e 12 óbitos; Paulínia - 9 casos e 2 óbitos; Cosmópolis - 5 casos e 2
62 óbitos; Artur Nogueira - nenhum caso. Falou sobre a Portaria GM 1.823/2012 que
63 em seu Art. 2º diz: A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da
64 Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as

65 estratégias a serem observadas pelas três esferas de gestão do Sistema Único
66 de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do
67 trabalhador, com ênfase na vigilância, visando à promoção e a proteção da
68 saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade (impacto das doenças
69 e das mortes que incorrem em uma sociedade) decorrente dos modelos de
70 desenvolvimento e dos processos produtivos. Após discorreu sobre o Art. 14 que
71 fala das atribuições do CEREST, quais sejam: Desempenhar as funções de
72 suporte técnico de educação permanente, de coordenação de projetos de
73 promoção, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores, no âmbito da sua
74 área de abrangência. Dar apoio matricial para o desenvolvimento das ações de
75 saúde do trabalhador na atenção primária em saúde, nos serviços especializados
76 de urgência e emergência, bem como na promoção e vigilância nos diversos
77 pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde. Atuar como centro articulador e
78 organizador das ações intra e intersetoriais de saúde do trabalhador, assumindo
79 a retaguarda técnica especializada para o conjunto de ações e serviços da rede
80 SUS e se tornando pólo irradiador de ações e experiências de vigilância em
81 saúde, de caráter sanitário e de base epidemiológica. Demonstrou, ainda, a
82 composição atual da equipe técnica do CEREST, composta por 4 (quatro)
83 médicos, 1 (uma) assistente social, 1 (uma) terapeuta ocupacional, 02 (duas)
84 fonoaudiólogas, 1 (um) fisioterapeuta, 1 (um) engenheiro, 1 (um) auxiliar de
85 enfermagem. A **Sra. Mírian**, do Conselho Gestor do CEREST, fez uma
86 apresentação sob o ponto de vista do trabalhador do CEREST, baseada em
87 "fatos da nossa realidade". 1. Sobreposição dos interesses econômicos aos
88 direitos sociais; 2. No mundo do trabalho, a cultura de culpabilização da vítima; 3.
89 Indiferença social quanto às mortes e doenças causadas pelo trabalho.
90 Continuando a sua intervenção, questionou a gestão sobre qual é realmente a
91 política municipal de saúde do trabalhador. Concluiu falando da atuação do
92 Conselho Gestor do CEREST e informou da eleição para o biênio 2014/2015,
93 que ocorreu no dia 29 de maio pp. Em seguida foi aberta a palavra. A conselheira
94 **Sra. Marta**, trabalhadora da Vigilância Sanitária - VISA, manifestou sobre as
95 dificuldades que as equipes encontram em atender pacientes vítimas de
96 acidentes de trabalho, nas Unidades Básicas de Saúde. O conselheiro **Sr.**

97 **Francisco (Chicão)**, parabenizou as apresentações e, como médico do CS DIC
98 III, relatou que atende em média uma APAT por semana e que a maioria dos
99 casos relacionados à saúde do trabalhador exige cuidados e acompanhamento
100 maiores do que outras doenças, como, por exemplo, diabetes e hipertensão,
101 havendo a necessidade de ter uma política específica para este segmento da
102 saúde. Encerrando sua fala, ressaltou que falta decisão política dos governantes,
103 pois a implantação de uma política de saúde do trabalhador implicaria num
104 enfrentamento com o capital. O conselheiro **Sr. Marcos**, representante da
105 gestão, expressou que existe um compromisso firmado para a execução da
106 manutenção da estrutura física do CEREST e que esta será iniciada nos
107 próximos dias. Quanto à reforma, informou que todos os projetos estão sendo
108 revistos e que a do CEREST está inclusa. A conselheira **Sra. Marlene** mostrou-
109 se incomodada com algumas questões levantadas sobre o atendimento do
110 SAMU aos casos de acidente de trabalho. Comunicou que irá solicitar ao Dr.
111 Hansen - Diretor do SAMU - que esclareça diretamente ao CEREST os
112 procedimentos que norteiam as ações daquele serviço. A **Sra. Elenice** destacou
113 a importância na formação dos profissionais de saúde que fazem estágio no
114 CEREST. A **Sra. Brigina**, diretora da Vigilância Sanitária, elogiou a
115 apresentação, concordou com as reivindicações, afirmou que espera realmente
116 que o compromisso assumido pelo Sr. Marcos, diretor do Departamento
117 Administrativo da Saúde, se concretize. Comprometeu-se em agilizar o processo
118 de integração do CEREST a VISA, solicitando, para isto, apoio do Conselho
119 Municipal de Saúde. O conselheiro **Sr. Mariante**, manifestou sua esperança de
120 que finalmente se possa enfrentar com profundidade as questões relativas à
121 saúde do trabalhador. Concordou com o Sr. Francisco (Chicão) que o problema é
122 de "raiz". Encaminhou que o CMS aprovasse a carga de necessidade de reforço
123 à estrutura do CEREST. Colocou, ainda, que se encaminhasse uma discussão
124 sobre a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST. Propôs a
125 criação de um grupo de trabalho para este fim. O conselheiro **Sr. Gerardo** traçou
126 o histórico da criação do CEREST, sendo que na época foi apresentada a
127 proposta, pelo então Secretário de Saúde "Nelsão", que fosse discutida a política
128 de atuação e, a partir daí, seriam providenciados os recursos, ao contrário do

129 que hoje ocorre. Ressaltou que da composição atual do CMS, 22% (vinte e dois
130 por cento) é de sindicalistas, portanto, já é tempo deste Conselho debater e
131 deliberar sobre as ações que devem ser efetuadas em relação à saúde do
132 trabalhador. O conselheiro **Sr. Mário** se disse honrado em participar do Conselho
133 Gestor do CEREST e solicitou que fossem disponibilizados os valores
134 repassados a esse serviço, pela gestão anterior. O conselheiro **Sr. Paulo**
135 **Martins** (Paulinho) usou da palavra para demonstrar sua indignação quanto à
136 culpabilidade dada ao trabalhador. Pediu que cessassem as desculpas e
137 houvesse mais ação do poder público. O Presidente **Sr. Paulo Mariante**,
138 encaminhou duas propostas para análise do pleno: 1 - Que fosse aprovada uma
139 resolução pela implantação, ainda em 2014, de todas as medidas que foram
140 apresentadas na apresentação do CEREST. 2 - Constituição do Grupo de
141 Trabalho para dar início ao processo da CIST e tomar as iniciativas, com apoio
142 do CMS, no que achasse necessário. A **Sra. Andréia**, trabalhadora do CEREST,
143 solicitou que ficasse melhor explicitada a questão da política pública municipal
144 para a área da saúde do trabalhador. O **Sr. Mariante** explicou que no Grupo de
145 Trabalho o tema fará parte do processo do debate. A seguir foi composto o
146 Grupo com os seguintes: Ellen (trabalhadora), Mario (usuário), Vagner (usuário)
147 e Alexandre (gestor). Encaminhada à votação as propostas foram aprovadas por
148 unanimidade. **4- Plano de Ações e Metas da Vigilância em Saúde 2014-2017.**
149 A **Sra. Ana Laura**, da VISA, fez a apresentação do Plano, que é parte integrante
150 do Plano Municipal de Saúde de Campinas 2014-2017, cuja diretriz é de
151 "redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de
152 promoção e vigilância em saúde", com o objetivo de "fortalecer a promoção e a
153 Vigilância em Saúde, com ênfase na Vigilância Epidemiológica. Colocado em
154 votação, o Plano de Ações e Metas da Vigilância em Saúde 2014-2017, foi
155 aprovado pela maioria com 1 (uma) abstenção. **5- Termo de Aditamento ao**
156 **Convênio nº 75/11, firmado com a Fundação Síndrome de Down.** A Sra.
157 Osmarina, do DGDO da Secretaria Municipal de Saúde, apresentou a solicitação
158 do Termo de Aditamento ao Convênio Nº 75/11, firmado com a Fundação
159 Síndrome de Down - vigência 29/11/2011 a 28/11/2016, para a alteração
160 qualitativa e de quantitativo do Plano de Trabalho, para atender à Portaria MS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 971 de 13 de setembro de 2012 e às normas e exigências do Tribunal de Contas
162 do Estado de São Paulo e TCU. Discorreu sobre a justificativa; o demonstrativo
163 de cálculo e a programação física orçamentária, no valor total mensal de R\$
164 75.065,12 (setenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e doze centavos); o plano
165 de aplicação de recursos e a contra partida da instituição como forma de bolsa
166 auxílio - usuário no projeto laboral - no valor mensal de R\$ 3.120,00 (três mil e
167 cento e vinte reais), perfazendo um total do custo do convênio no valor mensal
168 de R\$ 78.185,12 (setenta e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e doze
169 centavos). A seguir a conselheira **Sra. Marta** procedeu leitura do parecer do
170 Conselho Fiscal, que exarou parecer favorável ao Termo de Aditamento ao
171 Convênio 75/2011, que ao ser encaminhado para votação do pleno de
172 conselheiros (as) foi aprovado por unanimidade. Sem mais nada a tratar o **Sr.**
173 **Mariante** agradeceu a presença de todos e todas, dando por encerrada a
174 reunião. Cabendo a mim, Paulo André Sawazki, secretário-executivo do
175 Conselho Municipal de Saúde de Campinas, a elaboração, digitação e assinatura
176 desta ata.

177